



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES¹

Wilsione de Jesus Mendes Silveira²

Uiara Vaz Jordão³

RESUMO

Muito têm se versado acerca do assunto que envolve a inclusão na área educacional, sobretudo as que envolvem a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, sempre buscando ampliar as possibilidades para construir uma sociedade mais justa, com oportunidades para todos. A importância da colaboração do professor contra a desigualdade é necessário e de grande valia, mas infelizmente nem todos têm se disponibilizado a adquirir o conhecimento para receber alunos com qualquer tipo de deficiência, principalmente o autismo. É importante que a criança autista adquira a capacidade e a autonomia através de um ambiente acolhedor e rico de recursos pedagógicos acessíveis a sua especificidade com professores qualificados, por isso é importante a qualificação do professor para trabalhar com a criança autista em sala de aula. Este estudo tem como objetivo geral compreender o processo de Inclusão da criança autista na Educação Infantil, observando as possibilidades e dificuldades que norteiam o ensino, por meio de uma análise das políticas que regem a Educação Inclusiva para os alunos com autismo. Para isso, antes, foi necessário descrever a importância da interação entre educador e seu aluno. A pesquisa se qualificou como pesquisa de cunho bibliográfico, elaborado a partir de materiais publicados por alguns autores, como Mantoan (1997, 2006, 2011) e Pires (2006), entre outros.

Palavras-chave: Criança Autista. Professor. Inclusão. Desigualdade.

ABSTRACT

There has been a lot of debate about inclusion in the educational area, in which the inclusion of people with disabilities in regular schools seeks to expand the possibilities to build a fairer society, with opportunities for everyone. The importance of teacher collaboration against inequality is of great value, but unfortunately not everyone has been willing to acquire the knowledge to receive students with any type of disability, especially autism. It is important for the autistic child to acquire the capacity and autonomy through a welcoming environment rich in pedagogical resources accessible to their specificity with qualified teachers, so it is important to qualify the teacher to work with the autistic child in the classroom. This study has as general objective to understand the process of inclusion of autistic children in Kindergarten, observing the possibilities and difficulties that guide teaching, analyzing the policies that govern Inclusive Education for students with autism and describing the importance of the interaction between the educator and your student. For that, before, it was necessary to describe the importance of the interaction between the educator and the student. The research qualified as a bibliographic research, elaborated from materials published by some authors, such as Mantoan (1997, 2006, 2011) and Pires (2006), among others.

Keywords: Autistic Child. Teacher. Inclusion. Inequality.

¹ Artigo apresentado na disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri, em 2021.

² Dados do autor: Wilsione de Jesus Mendes Silveira.

³ Dados do orientador: Uiara Vaz Jordão.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um movimento de intensa transformação na escola e de suas práticas pedagógicas, que objetivam atender toda a diversidade presente em seu interior por meio da criação de novas relações educativas, estabelecendo, portanto, novos caminhos e novos indicativos, como: currículos, metodologias e avaliações. Alcançar a inclusão escolar é fazer com que a aprendizagem de todos alunos sejam satisfatórias respeitando a especificidade de cada um, o que representa um desafio constante. Por esse motivo, o docente deve aplicar conhecimentos pedagógicos em sala respeitando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos, sejam eles com ou sem deficiência, viés trabalho colaborativo com todos profissionais da instituição escolar.

Por este motivo, a inclusão escolar está no grande desafio que é o de fazer com que os profissionais sejam capazes de reconhecerem e valorizarem as diferenças, fazendo com que as crianças não sejam discriminadas e segregadas, especialmente aqueles com deficiência (MANTOAN; PRIETO; ARANTES, 2006).

A educação inclusiva oportuniza a diversidade se enriquecer com os processos de aprendizagem, o que contribui, então, para o melhoramento da qualidade da educação. Mantoan, Prieto e Arantes (2006) relatam que a educação inclusiva tem uma visão de educação baseada na heterogeneidade e não na homogeneidade, fazendo com que cada aluno tenha capacidade de interagir com todos ao mesmo tempo que é motivado a viver a sua própria experiência pessoal única.

É nesse aspecto que a inclusão faz parte da educação, onde se pode buscar soluções para amenizar um problema que ainda não está sendo aceito. A escola precisa tomar medidas para a sua melhoria, buscando aprimorar sua estrutura física e facilitar a entrada dos alunos com deficiência, não apenas como números, mas integralmente diante do seu direito de frequentar o espaço escolar e adquirir o seu direito de aprender.

O autismo, conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é definido como uma síndrome comportamental, pois compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico, ocasiona dificuldade com a cognição etc. Em grande parte das vezes, a criança autista tem déficits na comunicação e na interação social, desenvolvendo um



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

repertório restrito. De acordo com Paredes (2001), a pessoa com autismo tem a necessidade de expressar seus sentimentos da mesma maneira com que se relaciona com mundo. Se a sociedade for ao contrário, isto é, tentar impor o método utilizado pela maioria, a criança autista não conseguirá interagir socialmente, o que acarretará a criança grandes frustrações, por exemplo, ansiedade, tristeza etc.

Os desafios maiores são de convencer os pais, principalmente os que têm filhos excluídos das escolas comuns, de que precisam fazer cumprir o que nosso ordenamento jurídico prescreve quando se trata de direito à educação. Os professores devem sempre ser os guardiões desse direito e apoiar os pais em suas dificuldades de compreendê-lo e de exigi-lo a todo custo (MANTOAN, 2011, p. 35).

Cabe a escola buscar maneiras satisfatórias para ajudar as crianças a se desenvolverem da sua maneira, ou seja, torná-las capazes de lidar e conviverem com outras crianças. É preciso que o professor também esteja preparado e saiba compreender a criança, por isso ele precisa ir além de um transmissor de conhecimento na escola, pois precisa promover reflexões, resgatar valores e socializá-los. Hoje pode se dizer que a escola é considerada a maior responsável pela educação e formação dos indivíduos e o professor nesse processo é o intermediário.

Destarte, este estudo tem como objetivo geral compreender o processo de Inclusão da criança autista na Educação Infantil, observando as possibilidades e dificuldades que norteiam o ensino. Para isso, será preciso analisar as políticas que regem a Educação Inclusiva para os alunos com TEA para, então, descrever a importância da interação entre educador e aluno autista.

O trabalho é de cunho bibliográfico, desenvolvido a partir de materiais elaborados e publicados por alguns autores, como Mantoan (1997, 2006, 2011) e Pires (2006), entre outros, que objetivaram encontrar respostas para que haja um consenso aos problemas ocasionados durante o processo de inclusão de alunos com autismo na escola regular. Este método é considerado qualitativo, pois é baseado na definição, intuição e criatividade no decurso da pesquisa, uma vez que adota uma postura que dá ênfase aos conceitos



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

teoricamente fundamentados, viés síntese relativa dos resultados revelados por este método.

2 HISTÓRIA DA INCLUSÃO ESCOLAS DAS CRIANÇAS COM TEA

Este tema é de suma importância, pois se tem presenciado a grande inserção de crianças autistas na educação infantil. Sabendo disso, este estudo tem objetivo possibilitar um conhecimento diferenciado que vise melhorar a perspectiva discursiva sobre as dificuldades que o educador tem ao vivenciar uma experiência com um aluno autista. Trata-se de um tema atual, que abrange um estudo para o ensino da educação infantil, podendo, posteriormente, fundamentar o trabalho de maneira diferenciada e com resultados satisfatórios.

É importante ressaltar que a criança autista exige o uso de metodologias diferenciadas, da qual o professor precisa respeitar sua especificidade, desenvolvendo atividades significativas que proporcionem a sua participação.

De acordo com Gaiota e Teixieta (2018), as crianças autistas apresentam prejuízos ou alterações básicas no seu comportamento, afetando sobretudo a comunicação, o que acarreta um atraso no desenvolvimento comuns das habilidades que aparecem nos primeiros anos de vida.

O transtorno do espectro autista é estimado através 1% e 2% de crianças e adolescentes em cada o mundo, conforme diversas pesquisas internacionais realizadas nos Estados Unidos, Europa e Ásia. O acontecimento do autismo é grande no sexo masculino, afetando cerca de quatro meninos para cada menina acometida.

O autismo tem como característica de se manifestar antes dos três anos de idade, em que começa a aparecer um dos primeiros sinais que é a sua habilidade social. Brito diz que, “autista é praticamente incapaz de desenvolver uma relação com outras pessoas, ou seja, ele não consegue interagir com o meio social e com isso comprometendo a comunicação” (BRITO, 2015 *apud* GAIOTA; TEIXEIRA, 2018, p. 02).



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O aluno autista apresentam características e condutas que podem ser agressivas ou heteroagressivas, como a impulsividade, entre muitas outras formas definidas pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento (MANTOAN, 1997).

Quando a criança autista chega na escola é preciso que todos os envolvidos no processo de escolarização dela tenham uma visão diferenciada da educação comum, aptos de fazerem com que a heterogeneidade prevaleça sob a homogeneidade, garantindo que as capacidades, os interesses, as motivações e as experiências pessoais estema dentro da normalidade de cada em conformidade com suas particularidades. De acordo com Klin (2006, p. 24), o autista é uma criança com um desenvolvimento grave, capaz prejudicar a capacidade de comunicar e interagir. Esses sintomas é mais comum e faz com que o autismo seja reconhecido precocemente, com isso os sintomas podem ser reduzidos e o desenvolvimento e a aprendizagem pode acontecer (KLIN, 2006, p. 30).

De acordo com Klin (2006), as crianças com TEA apresentam um desenvolvimento neurológico que está presente desde o seu nascimento, que, normalmente, manifestam-seno começo da infância.

Na infância, a criança autista pode desenvolver: o autismo infantil, o autismo de alto funcionamento, o autismo atípico, entre outros. A grande maioria dos pacientes partilham das mesmas dificuldades citadas anteriormente, que resultam em situações bem particulares. Apesar de ainda ser chamado de autismo infantil, pelo diagnóstico ser comum em crianças e, atualmente, até mesmo diagnosticado quando bebês com menos de dois anos, os transtornos de ambos são condições permanentes que acompanham a pessoa por todas as etapas da vida.

Sabendo do comprometimento intelectual, visual ou fonoaudiológico do autista, é preciso que a criança seja estimulada no ambiente familiar, escolar e pelos profissionais qualificados, obetivando proporcionar interações e aprendizagens significativas.

Percebe-se que os bebês com TEA podem ter um grande déficit no comportamento social, pois tendem a evitar o contato visual e se mostram pouco interessados na voz humana. A criança autista pode se sentir incomodada por pequenas mudanças em sua rotina diária, o que, comumente, resulta em violentos ataques de raiva. Na escola, a



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

criança autista resiste em aprender ou praticar uma nova atividade, o que a faz uma grande dificuldade para a adesão da criança ao programa de tratamento (GAIOTA; TEIXEIRA, 2018, p. 52).

No ambiente de sala de aula, o professor deve prestar atenção no trabalho pedagógico, que deve ser oferecido com qualidade levando a criança com TEA a desenvolver da melhor forma possível o que for proposto e oportunizando alcançar o êxito na aprendizagem.

De acordo com Santos (2008), a criança autista tem um desenvolvimento da aprendizagem que exige mudanças por parte do professor, que precisa se adequar ao sistema de comunicação a cada aluno. Desta forma, o aluno vai ser avaliado de acordo com o grupo que está inserido, ou seja, com a idade global e com o desenvolvimento e nível de comportamento. Cabe ao professor identificar as necessidades de cada criança e, com isso, criar um plano individualizado e personalizado numa potencialidade da criança explorada. “Com isso o tratamento do transtorno do espectro autista é baseado em estudos científicos controlados e realizados há décadas em diversos centros de pesquisa, como no Estados Unidos, Canadá e Europa” (GAIOTA; TEIXEIRA, 2018, p. 57).

Em sala de aula, segundo Gaiota e Teixeira (2018), toda criança autista manifesta algumas ações normais e corriqueiras para esse grupo, por exemplo, a disputa de brinquedos, que é uma ação decorrente das variações de suas áreas cognitivas, que, em algumas situações, não os permitem planejar estratégias de ação, os fazendo usar de uma linguagem que apenas demonstrem sentimentos, sem explicar e/ou negociar.

3 A CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 1970, no Brasil, a educação de crianças de 0 a 6 anos passou a adquirir um novo estatuto no campo das políticas e das teorias educacionais. Segundo Barbosa (2006):

A educação das crianças pequenas foi desenvolvida vários projetos por meio de ações envolvendo diversos ministérios e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) considera como criança a pessoa até os 12 anos (BARBOSA, 2006, p. 15).



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Crianças pequenas são expressões oriundas da literatura italiana e adaptada para o português, ou seja, referê-se a criança pequena ou pequenininha de 0 a 3 anos, que estão presentes nas turmas de berçário e maternal, e as crianças maiores de 4 a 6 anos, do jardim-de-infância e a alfabetização.

Em 1988, com a Constituição Federal, ocorreram avanços no que se referem aos direitos da infância em que as crianças e os jovens são sujeitos de direitos e proclamam a necessidade da oferta de atendimento em educação infantil. No artigo 7º, inciso XXV, relata os direitos e as garantias individuais e coletivas, assegurando o direito ao atendimento gratuito aos meninos e às meninas, desde o nascimento até os 6 anos, em creches e pré-escolas.

Segundo Barbosa (2006):

A LDB lembra que a educação infantil está presente no capítulo da educação básica, isto é, juntamente com os ensinos fundamental e o médio, o que aponta para a necessidade de articulação e não de subordinação entre eles. Um importante marco foi demonstrado uma visão mais ampla dos processos pedagógicos necessários nessa faixa etária (BARBOSA, 2006, p. 16).

O governo nas últimas décadas do século XX aprovou a lei e criou políticas de financiamento da educação que não favoreciam a ampliação e a classificação da educação infantil, mas em 1990 a educação ampliou e modificou a pré-escola, ou seja, tiveram início as pesquisas sobre a creche. Passou-se a exigir da educação infantil um posicionamento de seu papel, fazendo com que a pesquisa fosse ampliada de forma a responder as necessidades que vinham sendo colocadas.

Os surgimentos das escolas infantis trouxeram várias idéias sobre o que constituía uma natureza infantil, também intervenção dos governos e da filantropia para que a criança fosse transformada. Com as creches e pré-escolas davam importância a uma visão mais otimista da infância e de suas possibilidades (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 15).

Vale ressaltar que a educação de crianças pequenas envolvem dois processos importantíssimos, que é o: educar e cuidar, uma vez que a criança nessa idade precisa de carinho, segurança e atenção para sua sobrevivência.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. As crianças no mundo não seriam possível sem atividades para cuidar e educar que estão presentes nelas (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 16).

É importante cuidar das crianças pequenas, a começar pelas atividades voltadas para os cuidados primários, como sono, higiene, alimentação etc. A escola deve prover ambientes acolhedores, seguros, alegres, adultos bem preparados, entre outros. Cuidar significa estar preocupada com a organização dos horários e funcionamento da creche que sejam compatíveis com a jornada de trabalho dos responsáveis pela criança. A criança vive com as pessoas e as coisas do mundo que a vai levando a atribuir significados àquilo que a cerca.

A educação infantil tem enfrentado o debate entre um duplo caminho. Por um lado, o de transformar-se em uma estrutura assistencial comprometida somente com a “guarda e custódia” de crianças pequenas. Por outro lado, o de se transformar em um período escolar mimético, em enfoques e exigências de aprendizagens, da etapa seguinte (um adiantamento do Ensino Fundamental) (ZABALZA, 1998, p. 17).

Ao longo dos anos, a infância vem evoluindo, ou seja, ela vem sendo adotada como um dos indicadores do desenvolvimento cultural da civilização e dos povos. Hoje se nota que a educação infantil é indispensável na sociedade, porque tanto as creches quanto as pré-escolas devem se constituir como um espaço de descoberta do mundo para as crianças.

Na escola, a organização e o desenvolvimento se baseiam em seu currículo, que se mantém até hoje fundamentado no que os documentos formais determinam e colocados em prática pedagógica diária. As atividades lúdicas enriquecem esse currículo, podendo ser proposta na própria disciplina, trabalhando, assim, o conteúdo de forma prática e concreto.

De acordo com Cunha (2012, p. 55), o aluno autista, com esse currículo, não adquire a autonomia necessária, por isso é importante que o profissional seja capaz de



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

auxiliar o aluno em sala de aula, mesmo não estando descrito de maneira direta nos documentos legais. É na educação infantil que a aprendizagem do TEA perpassa por dificuldades de raciocínio, comuns em quase todas as sala de aula. As crianças autistas muitas vezes são anuladas em seu potencial, por isso precisam mais que urgentemente serem exploradas e lapidadas, garantindo o seu direito ao desenvolvimento e vínculos de comunicação, que, por natureza, são tão difíceis de construir ao universo da criança.

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular; [...] construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (UNESCO, 1994).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, publicado após uma larga mobilização de entidades do campo da infância e dos direitos humanos, é determinante para explicar as formas como as questões da infância e adolescência devem ser tratadas. Este documentos se tornou referência central no processo de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no país, que os passaram a tratar como sujeitos de direitos, cuja proteção integral deve ser assumida como prioridade absoluta. A partir dele, as crianças e adolescentes ganharam visibilidade na cena pública no Brasil pós-redemocratização (BRASIL, 1990).

Quando se observa as diferentes necessidades que caracterizam a vida dos sujeitos da educação, é preciso identificar também os diferentes grupos sociais que o rodeiam, como os alunos, os professores, os gestores e os familiares, uma vez que eles precisam estar em consonância, o garantirá que o aprendizado das crianças, com ou sem autismo, na instituição escolar seja eficaz.

A inserção do aluno autista na escola vem mostrando a cada dia uma visão diferente no ambiente escolar, baseada na heterogeneidade e não na homogeneidade, pois se passou a dar mais atenção para o fato de que cada aluno tem capacidade, interesse, motivação e experiência pessoal única, ou seja, a diversidade está dentro do “normal”.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O autismo é considerado um transtorno de desenvolvimento grave que prejudica a capacidade de se comunicar e interagir, que afeta o sistema nervoso. O alcance e a gravidade dos sintomas podem variar (KLIN, 2006).

Os sintomas mais comuns incluem dificuldade de comunicação, dificuldade com interações sociais, interesses obsessivos e comportamentos repetitivos. O reconhecimento precoce, assim como as terapias comportamentais, educacional e familiar, podem reduzir os sintomas, além de oferecer um pilar de apoio ao desenvolvimento e à aprendizagem. (KLIN, 2006).

Existem famílias que não aceitam a situação de ter que enfrentar novos desafios, negando até mesmo procurar profissionais capacitados para ajudar a criança. Mas se reconhece que o diagnóstico precoce ajuda muito no desenvolvimento e aprendizado da criança com autismo.

O Transtorno do Espectro do Autismo se apresenta, em grande parte das crianças, através de desordens do desenvolvimento neurológico presentes desde o nascimento ou no começo da infância, que são classificados como: Autismo Infantil Precoce, Autismo Infantil, Autismo de Kanner, Autismo de Alto Funcionamento, Autismo Atípico, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, Transtorno Desintegrativo da Infância e a Síndrome de Asperger (KLIN, 2006). A grande maioria dos pacientes autistas partilham das mesmas dificuldades citadas anteriormente, que, por sua vez, resultam em situações bem particulares. Apesar de ainda ser chamado de autismo infantil, pelo diagnóstico ser comum em crianças e agora até em bebês com menos de dois anos, os transtornos são condições permanentes que acompanham a pessoa por todas as etapas da vida.

4 A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE O EDUCADOR E A CRIANÇA AUTISTA

O papel da escola impacta na identidade dos profissionais que ali atuam, ou seja, são ações significativas das diferentes formas, por isso a organização do trabalho docente interfere em seu cotidiano e em sua atividade docente (SIEMS, 2010, p. 147).



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O papel do docente no processo de desenvolvimento das escolas para todos e de promoção da inclusão no combate à exclusão educacional vulneráveis tem nos empurrados em direção a tentativas de desenvolvimento deste perfil. E dessa discussão, alguns consensos já começam a emergir:

Espera-se hoje que a professora seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberta a práticas inovadoras na sala de aula. No novo perfil, a professora deve adquirir conhecimentos sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências etc.) de cada um de seus estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações (RODRIGUES, 2006, p. 231).

Alguns estudos na área de educação inclusiva que adotaram a pesquisa-ação como metodologia têm mostrado que quanto mais a professora conhece seu(sua)s aluno(a)s (interesses, habilidades, necessidades, história de vida etc.) e os incorporam no planejamento das estratégias de ensino que fazem parte da grade curricular, maiores serão as chances de promover a participação de cada aluno na atividade de sala de aula, o que garantirá a inclusão e o sucesso escolar de todos (RODRIGUES, 2006, p. 231).

Em uma aula inclusiva é importante que o professor não aborde conteúdo curricular de uma única maneira para toda a turma, por exemplo: ela escolhe o tópico que será lido por todos ao mesmo tempo e depois individualmente cada aluno(a) responde a questões escritas no quadro; ou o professor dá uma aula expositiva sobre um tema e pede a todos alunos que realizem os exercícios do livro sem se comunicar entre si (RODRIGUES, 2006, p. 231).

Vale ressaltar que a aula inclusiva visa responder à diversidade de estilos de aprendizagem na sala de aula; então, qualquer ação de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de ensino e aprendizagem do professor para a inclusão deve ajudá-los a refletirem sobre formas de levantamento de informações sobre seu(sua)s aluno(a)s e planejamentos de diversas atividades que abranjam os estilos de aprendizagem individual (RODRIGUE, 2006, p. 231).

O professor é diariamente desafiado a corresponder às novas expectativas projetadas sobre ele, apesar da carência de recursos materiais, das limitações das renovações pedagógicas e da escassez de material didático, componentes



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

de um quadro gerado pela crise econômica e pelos cortes orçamentários. Quanto aos professores que atuam com alunos com necessidades educativas especiais, os problemas se intensificam (FACION, 2009, p. 143).

Por isso que, segundo Sá (2002), os processos formativos devem incorporar diferentes estratégias e ações pedagógicas, levando em conta a diversidade de situações colocadas pelo cotidiano das escolas. Nesse contexto diverso e amplo, os professores devem se posicionar como sujeitos do processo de formação permanente. Embora pareça relativamente utópico, é comum ouvir que alguns professores são resistentes a essa prática inclusiva e alguns não têm tempo para realizar tal tarefa, enquanto outros não disponibilizam de tempos para aprimorar os conhecimentos, tornando-se, assim, um pouco resistentes a inclusão. Esse panorama é real e os profissionais da educação precisam rever suas práticas e adequá-las satisfatoriamente.

Os professores das classes inclusivas podem precisar aumentar suas habilidades no manejo dos relacionamentos entre professor e aluno. Por isso, que a capacitação formal é recomendada para aqueles professores que têm dificuldades quanto a aquisição das habilidades para construir relacionamentos entre aluno e professor, através de abordagem de comunicação (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 346).

Muitos professores acreditam que a formação em serviço vai assegurar-lhes o preparo de que necessitam para ensinar todos os alunos e a concebem como mais um curso de extensão de especialização, como um certificado para efetivar a inclusão escolar. Acreditam que os conhecimentos que faltam para ensinar as crianças com necessidades educacionais especiais referem à conceituação, a etiologia, aos prognósticos e que só precisa aplicar métodos e técnicas específicas para a aprendizagem escolar aconteça.

Para obter êxito, o professor precisa adequar sua intervenção à maneira peculiar de aprender de cada um de seus alunos, em respeito às diferenças individuais e para cumprir a finalidade de intervenção educativa escolar (CARVALHO, 2008, p. 04).

Complementando, Perrenoud (2002, p. 44) explica que “É preciso durante a formação inicial fazer um balanço entre o tempo destinado aos saberes disciplinar e o tempo destinado à análise das experiências de campo”.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Freire (1985, p. 158) diz que: “a quem se deseja educar, a quem se quer ajudar para que se eduque”. Por isso, o professor tem um papel fundamental no processo de inclusão, já que ele responde diretamente pela aprendizagem nas salas de aula. Sendo assim, deve ser destinados aos professores várias horas de estudo, de preparação de aulas, orientações e suporte no período de trabalho escolar, mas ainda há muito o que fazer para que a formação em serviço seja realizada dentro das unidades escolares.

É preciso ressaltar que o professor também são aprendentes, levando em conta a diversidade e as diferenças que compõem o corpo do docente da escola, o que faz com que o professor seja respeitado em suas diferenças de percursos, pois, apesar deles compartilharem experiências semelhantes, cada um reage de acordo com as características de sua personalidade, seus recursos intelectuais, emocionais, afetivos, estilo de aprendizagem, crenças, experiências pessoais e profissionais, entre outras (FIGUEIREDO, 2002, p. 144).

E por que isso que é necessário que o professor realize uma análise constante do aluno, por meio de um processo de interação eficaz entre professor-aluno e aluno-aluno, a fim de reconhecer as competências e necessidades educacionais específicas. Sendo assim, espera-se do professor uma postura proativa (FERNANDES, 2011, p. 214):

Oferecer a perspectiva de que grande parte dos problemas enfrentados pelas crianças com necessidades educacionais especiais são comuns às dificuldades apresentadas por crianças consideradas normais e que são decorrentes de processos pedagógicos inadequados;

Prever formação teórica sólida a docência no ensino fundamental no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos envolvidos tanto no “saber” como no “saber fazer”;

Oferecer formação que possibilite a compreensão global do processo educativo em escola regular que responda à heterogeneidade de alunos, contemplando suas diferenças, entre elas a das crianças com necessidades educacionais especiais;

Não cristalizar características das crianças com necessidades educacionais especiais como se elas fossem inerentes à condição de deficiência e não resultantes de relações sócio-históricas vivenciadas pela criança;

Contemplar formação sobre estratégias metodológicas e procedimentos pedagógicos específicos decorrentes das diferentes necessidades educacionais especiais.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Por fim, o educador deve realizar trabalhos em oficinas e/ou laboratórios de aprendizagem, contribuindo para a criação e participação efetiva no processo de construção de conhecimento. Dentre os exemplos de trabalhos desenvolvidos, destacam-se a realização de ateliê de expressão oral e escrita e o museu de artes com obras dos alunos (CARVALHO, 2008, p. 64-72).

Essas adaptações no fazer pedagógico são denominadas de “Adaptações Curriculares”, que segundo Gonzáles (2002 *apud* Fernandes, 2011, p. 176) se referem a uma ideia de que a flexibilização/adaptação curricular seja uma prerrogativa para o respeito à pluralidade de ritmos e estilos de aprendizagem presentes em sala de aula, contrariando a crença tradicional de que todos os alunos aprendam da mesma forma, com as mesmas estratégias metodológicas, com os mesmos materiais e no mesmo tempo/faixa etária. Portanto, é preciso tomar a educação como processo que deixa de estar centrado nas dificuldades para priorizar as capacidades de aprendizagem do aluno, evidenciadas por suas características e singularidades pessoais.

Os professores, em seu processo formativo, devem tanto ir além da aquisição dos conhecimentos e dos saberes disciplinares, como também incorporar vivências e valores inerentes aos princípios da inclusão. Este “ir além” implica em ser capaz de conhecer-se a si mesmo e de descobrir o sujeito em cada um de seus alunos (PIRES, 2006, p. 55).

Mesmo que apresente diferenças na maneira como essas crianças irão aprender, é necessário que o educador seja um mediador importantíssimo no desenvolvimento e aprendizado, oportunizando com que haja possibilidades favoráveis para que o ambiente escolar seja agradável e para que contribua para um melhor aprendizado das crianças. Isso está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina em seu Art. 3º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social,



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990).

O profissional que trabalha na área da educação inclusiva precisa ser uma pessoa com formação e experiência, que busque sempre se qualificar, sabendo que muitas das vezes é um processo que demandará várias mudanças, pois cada criança autista tem suas diferenças e limitações. No entanto, é possível alcançar este processo de forma positiva, com resultados satisfatório e evolutivos educacionalmente, oportunizando que o aprendiz supere todas as expectativas relacionadas ao seu bom preparo, tornando-se um sujeito ativo na sociedade, com autonomia; mas, para isso, é preciso que seus conhecimentos sejam de fato potencializados e práticos na vida cotidiana, devendo ser espontâneo e aceito no meio em que vive.

As instituições de ensino precisam oferecer um ensino diferenciado e de qualidade, respeitando as limitações e estimulando a autonomia na vida do sujeito autista, considerando que o papel da escola é se adequar e oferecer o melhor desenvolvimento de aprendizagem para este alunado. Portanto é relevante que os educadores estejam sempre ativos ao aprendizado e melhoria no seu fazer pedagógico.

É fundamental também no processo de formação da identidade inclusiva do professor a relação e o encontro com o outro e o conhecimento de si, nos aspectos pessoais e profissionais, constituindo-se como eixos importantes de uma estratégia de formação. Após longo período do imperialismo positivista nas ciências humanas, que deixou nas sombras a questão do sujeito, é preciso que as agências formadoras trabalhem, nos cursos de formação de professores, com uma abordagem compreensiva e ontológica do ser humano e da formação que favoreça, em cada professor-formando, uma autêntica análise existencial e a construção de uma identidade inclusiva (PIRES, 2006).

Vale ressaltar que o professor formador e o estudante que se prepara para enfrentar o desafio da docência não podem contentarem-se em ficar num nível de “sensibilização” com a questão da inclusão, como também não pode olhá-la como uma utopia que não podia ser realizada e nem olhar a pessoa com deficiência como um entrave, um estorvo ou um problema na classe. A formação do docente hoje não pode deixar de situar-se à diversidade e às diferenças, devendo sintonizar-se, necessariamente, com o paradigma da



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

educação inclusiva. Por isso, as concepções do professor, suas ações pedagógicas e suas interações educativas não apenas devem ser compatíveis com os princípios da inclusão, mas devem ser identidades docentes inclusivas (PIRES, 2006, p. 60).

A compreensão do indivíduo exige que o processo formativo do professor se desenvolva numa perspectiva heurística. Cada aluno elabora seus próprios códigos de interpretação da realidade. O professor, ao levar em conta o caráter subjetivo e criador das variáveis que configuram a vida do aluno, deve ser a escola não como um espaço de transmissão do conhecimento, mas como um espaço de interações e experiências compartilhadas, onde o aluno mobiliza seus próprios esquemas para interpretar a realidade (PIRES, 2006, p. 60-61).

A formação deve considerar sempre as mudanças educativas do sujeito, que se constroem num processo de desenvolvimento e interação, pois é somente por esse caminho que se torna possível conhecer, compreender e ressignificar as peculiaridades e características de sua forma de ser. O professor que se prepara para o enfrentamento da diversidade e das diferenças na sala de aula precisa levar em conta todas as variáveis situacionais e contextuais do aluno, como o cenário e/ou marca de convivência entre aluno e professor, isto é, o conjunto de interações vivenciadas no processo educativo (PIRES, 2006, p. 61).

É importante ressaltar que o processo de inclusão deve ser um suporte e matriz de ultrapassagem das dificuldades e de aquisição de novas capacidades humanas. Em outras palavras, deve ser uma interação centrada nas possibilidades concretas de mudanças. Muitos professores, mesmo com “boa-fé”, infelizmente, adotam atitudes assistencialistas que raramente favorecem a educação do aluno, o que tem dificultado o desenvolvimento de um processo de inclusão consciente e responsável (PIRES, 2006, p. 65).

Quando o educador é capaz de captar o verdadeiro significado do ato de assumir-se, na construção de si mesmo, no processo educativo e, sobretudo, no processo de inclusão de seus alunos, tornará-se capaz de proporcionar a autonomia do ser do educando e de criar as condições para que as mudanças aconteçam (FREIRE, 2006). Esse ato de assumir/decidir assumir expressa a superação de uma crise, uma vez que esta superação traduz uma ruptura das modalidades de ser, isto é, a passagem de um estado de incerteza,



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

dúvida e risco para um outro nível que confronta o sujeito com sua capacidade de se superarem e de darem continuidade a seu próprio ser.

O professor precisa compreender que o aluno autista estabelece um vínculo afetivo e comportamental à medida que é inserido no ambiente escolar. No entanto, é preciso ressaltar que o professor também necessita adquirir um conhecimento prévio do aluno que ele irá receber em sala de aula. Para isso, deve se dispor a conversar com a família propositando compreender como lidar com este aluno em específico. Sendo assim, estreitar os laços com a família é de grande valia, senão de grande obrigatoriedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, pôde-se concluir que independente do diagnóstico precoce ou não, a criança autista tem o direito de frequentar a escola regular (sem que sua matrícula seja recusada), em todos os níveis, em todas as etapas e modalidades de ensino e em todo o território nacional, além de receber os apoios necessários para o atendimento às necessidades específicas individualizadas ao longo de toda a trajetória escolar.

A inclusão de crianças autistas na escola ainda é observada com um pouco de atenção, pois muitas instituições de ensino ainda não se adequaram para receber todo e qualquer aluno com deficiência, decorrente de falhas decorrentes da estrutura institucional escolar brasileira, o que provoca insegurança no professor que não sabe como agir. Outro ocasionar também dessa falha é oriunda do protecionismo familiar, que inserem as crianças na escola sem as condições mínimas favoráveis à inclusão.

A educação continuada de todos os profissionais envolvidos no sistema de inclusão tem se mostrado com a principal forma de se conseguir êxito nos resultados, pois através dela os problemas podem ser discutidos e avaliados, o que possibilita, assim, uma inclusão não só para alunos, mas para todos os envolvidos no sistema.

Conclui-se que há muito que se fazer para que haja verdadeiramente um processo inclusivo nas escolas brasileiras e para que isso seja feito de forma correta e com seriedade, as instituições educacionais precisam estar dispostas a se adequarem de maneira significativa.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Davi. Fases da Inclusão. **Ideia Criativa**. 2016. Disponível em: <http://ideiacriativa.eadplataforma.com/discussao/27/1/4-fases-da-inclusao/>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1990.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

CRAIDY, Carmem; KAERCJER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?**. Porto seguro: Artimed, 2001.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolatesuas implicações**. Curitiba: Ibpex, 2009.

FERNANDES, Alisson; NEVES, João; SCARAFICCI, Rafael. **Autismo**. São Paulo: UNICAMP, 2011.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (Org.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 1-5.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GAIOTA, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamento difíceis**. São Paulo: Versos, 2018.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry** [online], São Paulo, v. 28, suppl, p. 3-11, maio. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: vozes, 2011.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão social: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Coleção Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela G; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.** 4. ed. São Paulo: Summus, 2006.

PAREDES, Rita de Cássia Araújo. **O Autismo na Educação Infantil.** 2001. 43 f. Pós-graduação Lato Sensu (Especialização em Educação Especial e Inclusiva) – Universidade Candido Mendes, Faculdade Integrada, Rio de Janeiro, 2001.

PIRES, José. Por uma ética da inclusão. In: MARTINS, Lucia de Araújo Ramos *et. al.* **Inclusão: compartilhamento saberes.** Petrópolis: Vozes, 2006.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo: CRDA, 2008.

SIEMS Merc. **Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão um guia para educadores.** Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação Infantil.** Porto Seguro: Artmed, 1998.